

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O PROCESSO CIVIL E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	21
--	-----------

1. Direito material e direito processual	21
2. Conflitos individuais e conflitos coletivos	26
3. A Resolução de Conflitos é uma Questão Cultural	31
4. Métodos não judiciais de resolução de conflitos.....	35
4.1 Os “meios alternativos” são realmente “alternativos”?	38
4.2 Autotutela	40
4.3 Acordo	42
4.3.1 Conciliação	45
4.3.2 Mediação.....	48
4.3.2.1 Mediação e entes públicos.....	52
4.3.3 Motivos e críticas relacionadas ao Acordo.....	54
5. Arbitragem	57
5.1 Critérios para a arbitragem: a “arbitrabilidade”	58
5.2 Por que optar pela arbitragem?	59

5.3	O Procedimento da Arbitragem	61
6.	Métodos mistos: cláusulas escalonadas e <i>dispute boards</i>	64
7.	Os “Meios on-line de Resolução de Disputas” (ODR).....	66
8.	Resolução de conflitos na realidade: empresas como Tribunais?.....	68
9.	Resolução judicial de conflitos.....	71

CAPÍTULO 2

NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....73

1.	Premissas	73
2.	O Código de Processo Civil: uma história.....	74
3.	Contexto de aplicação do CPC de 2015.....	76
4.	Normas fundamentais: regras ou princípios?.....	80
5.	As normas fundamentais e as “fases” do processo: entre os meios e os resultados	83
6.	Supremacia da Constituição	87
7.	O devido processo legal.....	89
7.1	O devido processo é um fim em si mesmo?.....	92
7.2	O devido processo no Direito Continental?.....	93
7.3	O devido processo para quem está errado.....	95
7.4	O devido processo para além do processo judicial	97
7.5	E-devido processo (<i>e-due process of law</i>)	100
8.	Proporcionalidade.....	102
8.1	Proporcionalidade ampla ou panprocessual.....	105
9.	A inafastabilidade da jurisdição	109

10. Legalidade.....	113
11. Inércia.....	114
11.1 Impulso oficial	116
12. Demanda.....	116
12.1 O princípio da demanda e a atual feição do processo	119
12.2 Conhecimento dos fatos.....	122
12.3 Classificação das questões.....	122
13. Contraditório	125
13.1 Contraditório e duração do processo: mais ou menos processo?.....	127
13.2 E a ampla defesa?	128
13.3 Contraditório e paridade de tratamento (paridade de armas).....	129
13.4 Contraditório como direito de influência e proibição de decisões surpresa	131
13.5 Contraditório, cooperação e boa-fé.....	134
13.6 Um esquema para o contraditório.....	138
13.7 Limites ao contraditório	139
13.7.1 Contraditório como ônus, não como dever	139
13.7.2 Debate apenas sobre o que for necessário.....	140
13.7.3 O limite dos autos.....	142
13.7.4 O contraditório e o princípio da proibição da prova ilícita: o processo e a verdade.....	142
13.7.4.1 Os limites da exclusão de provas ilícitas.....	145
14. Prioridade para a solução consensual do conflito	148

14.1 Audiência de conciliação ou de mediação antes da contestação.....	149
14.2 O fracasso da autocomposição no Judiciário: o problema dos estímulos.....	153
15. Juiz natural	155
15.1 Juiz natural e imparcialidade: ausência de impedimento ou suspeição	155
15.2 Parâmetros internacionais de conduta judicial: os princípios de Bangalore	156
15.3 Juiz imparcial e vieses cognitivos	161
15.3.1 Heurística de disponibilidade	162
15.3.2 Heurística de representatividade.....	163
15.3.3 Heurística de ancoragem-ajustamento	165
15.3.4 As heurísticas e sua influência na decisão judicial	165
15.4 Juiz natural e suas garantias.....	167
15.5 Juiz natural como garantia institucional.....	169
15.6 Juiz natural, vara especializada e mutirões	170
16. Publicidade.....	170
17. Motivação	173
17.1 Modelos de condução do processo: inquisitivo, adversarial e cooperativo	173
17.2 Modelos de fundamentação judicial.....	176
17.3 <i>Standards</i> probatórios e ônus argumentativo	179
17.4 A fundamentação das decisões: o problema qualitativo.....	182
18. Duplo grau de jurisdição	187

19. Duração razoável do processo	189
19.1 Ordem e prioridade de tramitação	192
20. Princípio da efetividade da tutela jurisdicional.....	194
21. Princípio da economia processual.....	196
21.1 Causas repetitivas e grandes litigantes	198
22. Normas fundamentais e abuso processual	201

CAPÍTULO 3

A TEORIA DA AÇÃO	205
1. Advertência inicial.....	205
2. Ação: conceito fundamental.....	205
2.1 Ação na teoria imanentista de Savigny.....	206
2.2 Teoria concreta da ação	207
2.3 Teoria abstrata da ação	209
2.4 Teoria eclética.....	210
2.5 Teoria instrumental da ação	213
2.6 Ação e acesso à justiça	216
2.7 Ação e pretensão	221
2.8 Elementos da ação	222
2.8.1 Partes.....	223
2.8.2 Causa de pedir.....	223
2.8.3 Pedido	224

CAPÍTULO 4

A TEORIA DO PROCESSO	231
1. Processo.....	231
1.1 A Natureza do Processo e a Relação Processual	232
2. Procedimento.....	236
2.1 Flexibilidade Procedimental.....	237
2.1.1 Negócio processual e calendário processual	239
3. O processo e os “autos”	242
4. O processo e a cumulação de ações.....	243
5. A formação e o desenvolvimento do processo: os pressupostos processuais	245
5.1 Juiz investido de jurisdição	247
5.2 Juiz imparcial	249
5.3 Juiz competente	249
5.4 Partes com capacidade de ser parte (capacidade de estar em juízo)	250
5.5 Capacidade processual (<i>legitimatio ad processum</i>)	251
5.5.1 Situação particular: o curador especial	252
5.5.2 Situação especial: pessoas casadas	253
5.6 Capacidade postulatória	255
5.6.1 Capacidade postulatória e acesso à justiça	256
5.7 Pressupostos da demanda: petição inicial apta e citação válida	257
5.8 Observância do procedimento legal	258
5.9 Pressupostos negativos ou fatos impeditivos	258

5.9.1	Litispendência	259
5.9.2	Coisa julgada	262
5.9.3	Perempção.....	263
5.9.4	Convenção de arbitragem.....	264
5.9.5	Nulidades processuais.....	266
5.9.6	Causas suspensivas	270
6.	“Condições da ação”	272
6.1	Interesse	274
6.1.1	Perda superveniente do interesse de agir (perda de objeto).....	277
6.1.2	Interesse de agir na pretensão declaratória.....	278
6.1.3	Interesse de agir e tutela preventiva	280
6.2	Legitimidade	281
6.2.1	Legitimação extraordinária.....	283
6.3	Condições da ação e teoria da asserção	285
7.	Falta de pressupostos processuais ou condições da ação	287
8.	Processo e julgamento do mérito	289
9.	Sujeitos do Processo	295
9.1	Partes.....	295
9.1.1	As “capacidades” e a atuação em juízo	299
9.1.2	Litisconsórcio	300
9.1.2.1	Litisconsórcio facultativo e litisconsórcio necessário	303
9.1.2.2	Litisconsórcio simples e litisconsórcio unitário.....	308

9.1.2.3	Consequências da violação de uma regra de litisconsórcio necessário	311
9.2	Terceiros	313
9.3	Intervenção de Terceiros	317
9.3.1	Intervenção voluntária e intervenção forçada	319
9.3.2	Intervenção por iniciativa judicial	322
9.4	Modalidades típicas de intervenção de terceiros	323
9.4.1	Assistência	324
9.4.1.1	Assistência simples e assistência litisconsorcial	325
9.4.1.2	O regime da assistência simples	329
9.4.1.3	O regime da assistência litisconsorcial	332
9.4.1.4	Aspectos procedimentais	334
9.4.1.5	O efeito da assistência simples	337
9.4.2	Denúnciação da Lide	341
9.4.2.1	As hipóteses de denúnciação da lide no Código de Processo de 2015 ...	343
9.4.2.2	O procedimento da denúnciação da lide	347
9.4.2.3	A denúnciação da lide e a decisão das lides	352
9.4.3	Chamamento ao processo	354
9.4.3.1	As hipóteses de chamamento ao processo	356
9.4.3.2	O chamamento ao processo é injusto com o autor?	361

9.4.3.3	Procedimento do chamamento ao processo	363
9.4.4	Incidente de descon sideração de personalidade jurídica.....	365
9.4.4.1	A descon sideração e o processo civil	367
9.4.4.2	O procedimento do incidente de descon sideração	368
9.4.5	<i>Amicus Curiae</i>	372
9.4.5.1	A complexidade processual e a figura do <i>amicus curiae</i>	373
9.4.5.2	Os requisitos normativos para o <i>amicus curiae</i>	377
9.4.5.3	<i>Amicus curiae</i> e assistência	378
9.4.5.4	O procedimento da intervenção de <i>amicus curiae</i>	380
9.5	Ministério Público.....	385
9.5.1	O Ministério Público no processo coletivo.....	386
9.5.2	O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	387
9.6	Defensoria Pública	390
9.7	Juiz.....	393
9.8	Auxiliares da Justiça.....	398

CAPÍTULO 5

A TEORIA DA JURISDIÇÃO	399
1. Jurisdição.....	399
1.1 Jurisdição e competência	399

2. A jurisdição e seus discursos clássicos: para que serve o processo?	400
3. A Jurisdição e a Tutela dos Direitos	402
4. A jurisdição e suas características	403
4.1 Jurisdição como solução de conflitos por um terceiro imparcial estatal (heterocomposição)	403
4.2 Jurisdição como atuação no caso concreto	404
4.3 A jurisdição como atividade imperativa	407
4.4 Jurisdição como atividade criativa.....	412
4.5 A jurisdição como técnica de tutela dos direitos	414
4.6 A jurisdição como atividade sem controle externo	415
4.7 A jurisdição como tomada de decisão apta a formar coisa julgada	417
5. Princípios aplicáveis à jurisdição	418
6. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	419
7. A Jurisdição e a Teoria dos Precedentes.....	423
7.1 Teoria dos precedentes: breves aproximações	424
7.2 Os precedentes e o senso de justiça	426
7.3 Os precedentes no Direito: um pouco de história	428
7.3.1 O papel do juiz nos sistemas de <i>Common Law</i>	429
7.3.2 O papel do juiz nos países de <i>Civil Law</i>	431
7.4 Os “precedentes judiciais” e o papel dos Tribunais ...	433
7.5 Conceitos básicos para a compreensão do sistema de precedentes	437
7.6 Razões não se confundem com conclusões: o Exemplo da ADPF 130/DF	447
8. Definição da competência e seus critérios.....	454

8.1	Organização do Poder Judiciário brasileiro	454
8.2	Os critérios para a definição da competência	456
8.3	Competência absoluta e competência relativa	457
8.4	Alegação de incompetência	459
8.5	Momento de fixação da competência	460
8.6	Conexão e continência.....	462
8.7	Um guia para a definição da competência	464
8.8	Limites da jurisdição brasileira	465
8.9	Cooperação jurisdicional internacional.....	467
8.10	Competência de justiça	473
8.11	Competência originária.....	476
8.12	Competência territorial.....	479
8.13	Competência de juízo	482
8.14	Competência interna	483
8.15	Competência recursal.....	484
8.16	A competência funcional.....	484
8.17	Conflitos de competência.....	485
8.18	Cooperação nacional e alteração de competência: competência para o ato.....	488
REFERÊNCIAS		491